

Artigo original

A missão Carnaúba em Luanda (1961-1963): um episódio negligenciado da história das relações Brasil-Angola

*Gilberto da Silva Guizelin**

RESUMO

O artigo visa compreender por que a historiografia das relações contemporâneas do Brasil com Angola negligencia o episódio da missão consular de Frederico Carlos Carnaúba sob a égide da política externa independente, entre 1961 e 1963. A análise da historiografia interna do Itamaraty, cruzada com a correspondência consular do período, revela que a missão Carnaúba, considerada malsucedida pela diplomacia brasileira, foi ofuscada pela missão exitosa de Ovídio de Melo em 1975, elegida pelo Ministério como memória oficial e hegemônica do reatamento das relações do Brasil com Angola. Conclui-se que a historiografia profissional não passou ilesa pela “política de esquecimento” da memória da missão Carnaúba, sendo afetada pela tradição de “arquivo fechado” do Itamaraty, cujas recorrentes obstruções ao acesso à documentação têm contribuído para a perpetuação do seu desconhecimento.

Palavras-chave: relações Brasil-Angola; política externa independente; historiografia da política externa brasileira; Guerra de Libertação Angolana; política do esquecimento

The Carnaúba Mission in Luanda, 1961-1963: A Neglected Episode in the History of Brazil-Angola Relations

ABSTRACT

The article sheds lights on why the historiography of Brazil's contemporary relations with Angola has neglected the episode of Frederico Carlos Carnaúba's 1961-1963 consular mission, which was carried out under the auspices of independent foreign policy. An analysis of Itamaraty's internal historiography cross-referenced with consular correspondence from the period reveals that Carnaúba's mission, considered unsuccessful by Brazilian diplomacy,

* Universidade Federal do Paraná / Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, PR – Brasil. E-mail: guizelin.gs@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5208-8188>.

has been overshadowed by the successful mission of Ovídio de Melo in 1975, which the Ministry has chosen to highlight in its official and hegemonic account of the resumption of Brazil-Angola relations. The article concludes that professional historiography has not been unscathed by the “politics of forgetting” the Carnaúba mission, as Itamaraty’s tradition of “closed archives” has led to recurring document access restrictions that have contributed to the perpetuation of the episode’s obscurity.

Keywords: Brazil-Angola Relations; Brazilian Independent Foreign Policy; Historiography of Brazilian Foreign Policy; Angolan War of Liberation; Politics of Forgetting

La Misión Carnaúba en Luanda (1961-1963): Un episodio olvidado en la historia de las relaciones entre Brasil y Angola

RESUMEN

El artículo pretende reconocer por qué la historiografía de las relaciones contemporáneas de Brasil con Angola deja de lado el episodio de la misión consular de Frederico Carlos Carnaúba bajo el amparo de una política exterior independiente, entre 1961 y 1963. El análisis de la historiografía interna de Itamaraty cruzada con la correspondencia consular del período revela que la misión Carnaúba, considerada sin éxito por la diplomacia brasileña, fue eclipsada por la exitosa misión de Ovídio de Melo en 1975, elegida por el Ministerio como memoria oficial y hegemónica del restablecimiento de las relaciones de Brasil con Angola. Se concluye que la historiografía profesional no pasó ilesa por la “política de olvido” de la memoria de la misión Carnaúba, siendo afectada por la tradición de “archivo cerrado” de Itamaraty, cuyas recurrentes obstrucciones al acceso a los documentos han contribuido para la perpetuación de su desconocimiento.

Palabras clave: Relaciones Brasil-Angola; política exterior independiente; historiografía de la política exterior brasileña; Guerra de Liberación de Angola; política del olvido

Jânio Quadros, em seu primeiro discurso como Presidente da República, transmitido na noite de 31 de janeiro de 1961 no programa de rádio *Voz do Brasil*, confirmou sua disposição de assegurar “ao Brasil a posição a que faz jus no concerto das nações (...) mediante uma política soberana (...) no sentido real e amplo diante de todas e quaisquer potências”. Para tanto, Quadros anunciou abrir os “braços a todos os países do continente [americano]”, em um claro aceno ao regime socialista de Cuba, e “também, às velhas coletividades europeias e asiáticas, sem proveitos político-filosóficos”, assim como a “todos os que conosco queiram comerciar”¹. Com essas palavras, Quadros lançou oficialmente a sua Política Externa Inde-

¹ Discurso do Presidente Jânio Quadros veiculado pela “Voz do Brasil”: Palácio da Alvorada, 31 de janeiro

pendente (PEI). Desde o princípio, o continente africano ocupou um lugar de destaque na PEI. Também pudera: um ano antes, 17 países africanos haviam conquistado sua independência dos grilhões do colonialismo², feito considerado pelos próprios analistas do Itamaraty como “um dos fenômenos políticos mais importantes do ano de 1960”³, e com forte implicação na geopolítica internacional da época ao engrossar o rol dos países não alinhados frente à ordem bipolar mundial emergente do pós-Segunda Guerra Mundial.

Em seu discurso de posse, Quadros demonstrou plena consciência da magnitude do processo de descolonização do mundo afro-asiático ao afirmar: “Atravessamos horas das mais conturbadas que a humanidade já conheceu. O colonialismo agoniza, envergonhado de si mesmo, incapaz de salvar os dramas e as contradições que engendrou”⁴. Com efeito, foi Quadros quem decidiu abrir a primeira embaixada do Brasil na África, em Acra, Gana⁵. Seu governo apoiou a institucionalização dos primeiros centros de pesquisa afro-orientais do país⁶, e instituiu bolsas de estudos para a formação de estudantes africanos em universidades brasileiras⁷. Partiu também do governo Quadros a iniciativa de reativação do Consulado do Brasil em Luanda, criado ainda nos tempos do Império, mas abandonado às moscas desde a Proclamação da República (Guizelin, 2022, p. 305-307).

Como recorda José Honório Rodrigues (1964, p. 376-377), Quadros tinha um estilo “muito autoritário e não abdicava da direção total da política externa (...); dirigia o Itamarati [sic] sem respeito às regras da discricção, dando instruções em bilhetinhos”. Em um desses bilhetinhos, datado de 13 de março de 1961, dirigido a seu chanceler Afonso Arinos de Melo

de 1961. In: MUNIZ, Camille Bezerra de Aguiar Muniz (org.). *Discursos selecionados do Presidente Jânio Quadros*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 18.

² Camarões, Congo-Brazzaville, Gabão, Chade, República Centro-Africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Alto Volta (atual Burkina Faso), Níger, Nigéria, Senegal, Mali, Madagascar, Somália, Mauritânia e Congo-Léopoldville (atual República Democrática do Congo).

³ BRASIL. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores 1960*. Brasília: Seção de Publicações do Serviço de Documentação, 1960. p. 26.

⁴ Discurso do Presidente Jânio Quadros veiculado pela “Voz do Brasil”: Palácio da Alvorada, 31 de janeiro de 1961. In: MUNIZ, Camille Bezerra de Aguiar Muniz (org.). *Discursos selecionados do Presidente Jânio Quadros*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 18.

⁵ A escolha de Gana para sediar a primeira embaixada do Brasil na África não foi por acaso. Gana foi o primeiro país da África subsaariana a conquistar a sua independência, sob a liderança de Kwame Nkrumah, um dos principais líderes do movimento de libertação do continente africano, e Quadros ansiava por se aproximar de Nkrumah (Dávila, 2011, p. 59).

⁶ Trata-se do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), criado junto à Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1959; e do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), criado em 1961 por Cândido Mendes, chefe da Assessoria Internacional da Presidência de Jânio Quadros, subordinado ao Ministério da Educação até o golpe militar de 1964, quando foi fechado, sendo recriado em 1973 sob o nome Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), junto à Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro.

⁷ As bolsas de estudos para estudantes africanos foram financiadas a partir da redução em 20% dos salários dos diplomatas brasileiros que recebiam valor igual ou superior a 400 dólares mensais. O Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), da UFBA, foi a instituição hospedeira que acolheu quinze estudantes oriundos de Gana, Senegal, Nigéria, Camarões, Cabo Verde e Guiné-Bissau, chegados ao Brasil ainda durante o breve governo de Jânio Quadros (Rodrigues, 1964, p. 377; Dávila, 2011, p. 79-80).

Franco, Quadros deu a seguinte instrução: “Excelência: 1) Prover, urgentemente, um consulado do Brasil em Luanda, Angola; 2) Desejo falar com o Cônsul, que deve seguir sem perda de tempo”⁸. Em um segundo bilhete a respeito, datado de 28 de março de 1961, em tom mais imperativo, Quadros determinava: “Ao Senhor Ministro de Estado: o novo Cônsul em Luanda precisa ser escolhido, receber instruções e vir ao meu gabinete até quarta-feira pela manhã”⁹. A urgência em designar um cônsul para Luanda pode estar relacionada aos eventos ocorridos em Angola ainda no início de 1961 e que despertaram grande interesse da imprensa internacional do período, inclusive a brasileira.

Na madrugada de 4 de fevereiro, milhares de populares oriundos dos *musseques* (favelas) de Luanda atacaram as cadeias públicas da capital na tentativa de libertar os prisioneiros políticos de distintos movimentos, entre os quais o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA). Se, do ponto de vista militar, a ação foi um fracasso, tendo sido duramente sufocada e reprimida pelas forças portuguesas (Vizentini, 2012, p. 51), do ponto de vista midiático a ação foi um verdadeiro sucesso, tendo levado a Libéria a solicitar uma reunião de emergência do Conselho de Segurança das Nações Unidas para tratar da situação de Angola (Rodrigues, 1964, p. 437). Pouco mais de um mês após a sublevação popular em Luanda, em 15 de março, uma série de ataques a fazendas e a postos administrativos coloniais no norte do país, na fronteira com o Congo-Léopoldville, promovidos por membros da União de Povos Angolanos (UPA), movimento de maioria étnica Bakongo e que futuramente daria origem à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), vitimou centenas de colonos, tendo desencadeado forte retaliação das forças portuguesas contra os revoltosos Bakongo. Estima-se que a repressão portuguesa, promovida com armas cedidas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e pelos Estados Unidos, entre as quais bombas de napalm, tenha deixado um rastro de 30 mil mortos (Sombra Saraiva, 1985, p. 76-77). A ação ainda desencadeou a fuga de milhares de refugiados para o país vizinho, o que resultou no envolvimento direto do Congo-Léopoldville na questão angolana e na internacionalização do conflito (Costa Pinto, 2001, p. 41-42).

Naquele contexto, Quadros objetivava usar a questão de Angola para confirmar a nova postura independente da política externa brasileira. Como, aliás, deixou transparecer em seu bilhete secreto de 14 de abril de 1961 para Mário Gibson Barboza, à época chefe de gabinete de Afonso Arinos, no qual solicitava “urgência especial ao embaixador [Ciro de] Freitas-Valle”, chefe da delegação brasileira nas Nações Unidas, afirmando que, “Muito me agradaria se aparecesse oportunidade para um voto autonomista [sobre a questão

⁸ Bilhete de 13 mar. 1961 do Presidente Jânio Quadros para o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores. *Cadernos do CHDD*, Brasília: Funag, ano V, n. 8, 2006. p. 333.

⁹ Bilhete de 28 mar. 1961 do Presidente Jânio Quadros para o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores. *Cadernos do CHDD*, Brasília: Funag, ano V, n. 8, 2006. p. 348.

de Angola] da nossa delegação [nas Nações Unidas]”¹⁰. Contudo, a despeito da vontade manifestada por Quadros, na última hora seu governo vacilou diante da forte pressão do *lobby* português no país, composto por clubes de futebol, associações comerciais e até por jornais de grande circulação que funcionavam, como bem observou Honório Rodrigues (1964, p. 361), como linha auxiliar da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro. De modo que o Brasil se absteve na votação da Resolução nº 1.603, pela qual as Nações Unidas aconselhavam o governo português a tomar medidas urgentes a fim de introduzir reformas em Angola com vista à concessão de sua independência. Fosse como fosse, apesar do recuo brasileiro nas Nações Unidas, Quadros seguiu decidido a nomear um cônsul para Angola.

A escolha para o posto recaiu sobre o diplomata Frederico Carlos Carnaúba, que permaneceu à frente do Consulado entre 11 de agosto de 1961 e 29 de novembro de 1963. Em pouco mais de dois anos naquele posto, Carnaúba acompanhou *in loco* a rápida evolução da guerra de libertação angolana e transmitiu ao Itamaraty as dificuldades políticas, econômicas e sociais de um regime colonial que começava a colapsar no início da década de 1960. De modo que, entre a pilha de papéis da correspondência de Carnaúba, é possível encontrar informações sobre a composição étnica e ideológica não só da UPA e do MPLA, mas também de vários outros movimentos de expressão regional com perspectivas de autonomia que divergiam e ameaçavam a ideia de um Estado-nação angolano unitário, a exemplo da Aliança dos Naturais do Zombo (ALIAZO) e da União Democrática para a Restauração do Antigo Reino do Congo (UDRAGO).

A documentação produzida por Carnaúba ainda permite identificar e acompanhar a evolução do apoio financeiro e diplomático desses movimentos, a exemplo do financiamento da UPA pela Igreja Batista e pelo American Committee on Africa¹¹; do apoio político e militar que o MPLA recebia, à época, de governos africanos como o da Argélia; e do reconhecimento que o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), baseado em Kinshasa, no Congo-Léopoldville, recebeu de outros países africanos e asiáticos, como Marrocos, Tunísia, Índia e China. Ademais, os papéis revelam também a distribuição das forças militares portuguesas e dos movimentos angolanos nos primeiros anos da guerra; narram a evolução da crise política em que a administração colonial mergulhou a partir de 1961; expõem a repercussão entre as autoridades e a imprensa colonial, assim como entre as lideranças angolanas e de outros países africanos das discussões em relação à questão angolana travadas nas Nações Unidas naquele tempo; com especial destaque para as repercussões acerca da posição dúbia do Brasil nessa questão. Por fim, a correspondência detalha as dificuldades orçamentárias, humanas e materiais enfrentadas por Carnaúba em seu esforço de

¹⁰ Bilhete de 14 abr. 1961 de Quadros para Gibson. *Cadernos do CHDD*, Brasília: Funag, ano V, n. 8, 2006. p. 357.

¹¹ Fundado em 1953 e sediado em Nova York, forneceu apoio contínuo e por décadas para as lutas africanas contra o colonialismo e o *apartheid*.

concretizar a instalação do Consulado, o que abre novos flancos para compreender os limites da política externa independente dos governos Quadros e Goulart para a África.

Este breve sumário dos assuntos cotejados pela correspondência consular deixada por Carnaúba, atualmente conservada no Arquivo Central do Itamaraty, em Brasília, evidencia a relevância conferida à missão Carnaúba no período de vigência da PEI entre os governos Quadros e Goulart, realidade que contrasta com o lugar atualmente devotado à missão Carnaúba na história das relações contemporâneas entre o Brasil e Angola, sendo este um episódio praticamente desconhecido e inexplorado pela historiografia especializada; tratado, quando muito, como informação de nota de fim de página. O que explica a negligência da historiografia brasileira para com este episódio singular do relacionamento bilateral entre Brasil e Angola? Meu primeiro argumento é que o protagonismo histórico e institucional conferido a Ovídio de Andrade de Melo, por sua atuação em prol do reconhecimento da independência de Angola e do governo do MPLA pelo governo Geisel, em 1975, obliterou o papel de outros agentes históricos que atuaram ainda nos primeiros momentos do *debut* da questão angolana no interior do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Outro fator que, a meu ver, contribuiu – e ainda contribui – para o desconhecimento dos fatos históricos em torno da missão Carnaúba tem relação com a tradição de “acervo fechado” do próprio Itamaraty, que tem deliberadamente dificultado o contato dos historiadores com a documentação da missão Carnaúba, contribuindo, assim, para o apagamento de uma missão considerada malsucedida pela diplomacia brasileira.

Uma missão relegada à sombra da memória hegemônica da Missão Ovídio de Melo

O diplomata Vasco Mariz, em seu “livro de ‘meias memórias’, ou de memórias dos outros”, no qual mescla suas recordações às lembranças de terceiros de “estórias mais ou menos graves ou divertidas, mas pouco conhecidas do público em geral” transcorridas nos bastidores da diplomacia brasileira (Mariz, 2013, p. 14-15), revela que Carnaúba, antes de seguir para tomar posse do seu posto em Angola, viajou a Brasília para uma longa reunião privativa com Quadros. Segundo o que Carnaúba teria confidenciado a Gibson Barbosa, que por sua vez relatou a Mariz, durante aquela reunião

Jânio lhe teria dito que era tempo de *incorporar Angola* de uma vez por todas ao Brasil, já que naquela época a colônia procurava independentizar-se de Portugal. Lembrou-lhe as estreitas ligações históricas do Brasil com Angola na época colonial, falou-lhe de André Vidal de Negreiros, que foi governador de Angola, a reconquista por Salvador Correa de Sá e Benevides da região então ocupada pelos holandeses, apontou para as riquezas minerais da colônia portuguesa, o petróleo de Cabinda, etc. A ideia de Jânio era formar um estado

associado do Brasil com Angola. Enfim, *o presidente disse ao novo Cônsul que ele poderia entrar para a história se soubesse conduzir com êxito a sua importante missão em Angola*. Adiantou-lhe que nos próximos meses chegariam a Luanda, para colaborar com ele naquele objetivo, três adidos militares brasileiros do Exército, Marinha e Aeronáutica. Por fim, orientou-o como deveria proceder com os líderes políticos e entidades angolanas e recomendou-lhe o maior segredo e muito tato em suas primeiras gestões em Angola (Mariz, 2013, p. 50, grifo meu).

Apesar de seus esforços em divulgar os produtos brasileiros, Carnaúba não conseguiu reanimar as trocas comerciais entre os dois países, interrompidas havia quase um século. Vale lembrar, afinal, que, até meados do século XIX, as relações comerciais entre o Brasil e Angola possuíam um caráter eminentemente complementar, ao passo que, enquanto o Brasil importava anualmente milhares de escravizados de Angola, esta consumia toneladas de produtos agrícolas brasileiros. Porém, com o fim do tráfico atlântico de escravizados para o Brasil, em 1850, e a implantação, por parte de Portugal, de uma política efetiva de fomento à agricultura comercial de larga escala em Angola, a partir da década de 1860, as relações entre Brasil e Angola ganharam um aspecto marcadamente concorrencial, sobretudo no mercado internacional do café, do qual Angola se converteu em um grande produtor no século XX (Sombra Saraiva, 1985, p. 47-53). O rebaixamento de *status* do Consulado-Geral em Luanda para a categoria de Consulado Honorário, ocorrido nos anos finais do Império, já dava a tônica do esfriamento das relações entre o Brasil e Angola (Guizelin, 2022, p. 301-304). Fato é que, durante toda a década de 1960, as trocas comerciais entre Brasil e Angola eram quase inexistentes, de modo que as exportações brasileiras para Angola não chegavam, em média, a 1% do total exportado pelo país para a África (Cunha, 2002, p. 144).

As dificuldades em reanimar as trocas comerciais entre os dois países iam além do caráter concorrencial das duas economias. Um dos grandes interesses do governo brasileiro em sua reaproximação com Angola, e com a África como um todo, nos governos Quadros e Goulart, era encontrar novos mercados para os produtos industrializados brasileiros, especialmente os da indústria automotiva. Com esse objetivo em mente, em 1961, o Itamaraty e o Ministério da Marinha organizaram uma exposição flutuante a bordo do navio-escola *Custódio de Melo*, que viajou ao longo da costa africana durante alguns meses a fim de divulgar os produtos brasileiros e abrir possíveis novos mercados. O “périplo africano” do *Custódio de Melo* passou por Dacar (Senegal), Freetown (Serra Leoa), Abidjan (Costa do Marfim), Tema (Gana), Lagos (Nigéria), Duala (Camarões), Ponta Negra (Congo), Mombaça (Quênia), Luanda (Angola), Lourenço Marques (atual Maputo, em Moçambique), Massawa (Eritreia), Alexandria (Egito), Tunes (Tunísia) e Casablanca (Marrocos). Todavia, a despeito das expectativas brasileiras, Portugal seguiu

exercendo forte controle sobre o mercado angolano, o que inviabilizou os planos de inserção dos produtos brasileiros naquele mercado (Torres, 1983).

Para além do fracasso comercial, a missão Carnaúba também foi um verdadeiro fiasco político. Primeiro, porque Carnaúba não recebeu instruções precisas no intuito de encetar algum tipo de aproximação direta com os movimentos de libertação. Suas instruções limitavam-se a observar e relatar como os movimentos estavam se organizando. Segundo, porque, em razão das vacilações da política externa brasileira em romper em definitivo com o colonialismo português, Carnaúba foi orientado a não entrar em conflito com as autoridades coloniais¹². Mesmo assim, seu relacionamento com a administração colonial deteriorou-se rapidamente, não só pelas desconfianças que aquelas autoridades nutriam em relação a ele, mas também em razão do voto favorável do governo Goulart à Resolução nº 1.742, de 30 de janeiro de 1962, das Nações Unidas, que denunciou a falta de cooperação do Estado português com os trabalhos do Subcomitê criado para examinar a situação de Angola e reafirmou o direito à autodeterminação e à independência do povo angolano.

O descontentamento da administração colonial com a postura do governo brasileiro e, por conseguinte, com o seu representante em Angola era emanado na imprensa angolana, especialmente nos veículos mais alinhados ao regime, como Carnaúba evidenciou em seu ofício confidencial de 28 de janeiro de 1963, no qual informava que “ontem um [jornal] vespertino (...) publicou insolente artigo vituperando a orientação da política externa do Brasil (...) e chamando aos seus autores de ‘membros de quadrilha de gatunos e de intransigência política’”, acusando o governo brasileiro de pretender “roubar, à mão armada, um patrimônio de séculos [de Portugal]”¹³. Em outro ofício confidencial, de 31 de agosto de 1962, Carnaúba comunicava que um “jornal dessa cidade publicou artigo chamando a atenção das autoridades aduaneiras deste país sobre a necessidade de exercer a máxima vigilância nos ‘volumes’ que certo Consulado recebe, evitando ‘atividades suspeitas’”¹⁴. Embora o Consulado brasileiro não tenha sido citado nominalmente, Carnaúba tinha razões para acreditar que a matéria se referia ao malote da representação brasileira. O mal-estar entre a imprensa angolana e Carnaúba chegou ao ápice após a confirmação de sua remoção, como atesta a nota festiva assinada pelo editor-chefe do jornal *O Comércio*, intitulada “O Sr. Carnaúba vai partir”, de 16 de setembro de 1963:

¹² Tamanha era a preocupação do governo brasileiro em evitar atritos entre Carnaúba e as autoridades portuguesas que, em maio de 1961, durante visita oficial a Angola, a convite do governo português, o embaixador Negrão de Lima manteve Carnaúba o tempo todo ao seu lado para impedir qualquer associação do cônsul com as figuras da oposição ao regime colonial (Dávila, 2011, p. 127-132).

¹³ ARQUIVO CENTRAL DO ITAMARATY, Brasília. *Telegrama confidencial*. Consulado do Brasil em Luanda, Ofícios Recebidos, livro 05320, 28 jan. 1963.

¹⁴ ARQUIVO CENTRAL DO ITAMARATY, Brasília. *Telegrama confidencial*. Consulado do Brasil em Luanda, Ofícios Recebidos, livro 05320, 31 ago. 1962.

Com destino à Alemanha Federal, vai, finalmente, deixar Luanda o sr. Frederico Carnaúba. Após uma actividade [sic], de recorte singular, no consulado do Brasil, na margem da nossa baía, o elegante cônsul irá, desta vez, fazer notar a sua presença num posto bem distante de África, o que lhe está naturalmente indicado, depois das provas que deu em Luanda. Na hora da largada, desejamos-lhe apenas, que tenha boa viagem e passe muito bem¹⁵.

Na avaliação de Carnaúba, os “comentários vasados [sic] em termos altamente descorteses e chocantes” de *O Comércio* contra sua pessoa justificavam-se “por ocasião do voto brasileiro no recente debate do Conselho de Segurança sobre os territórios ultramarinos administrados por Portugal”, quando o Estado português foi novamente condenado por recusar-se a ceder a autonomia de Angola, embora, seja bem verdade, sem o voto de apoio do Brasil, que se absteve naquela discussão. Fosse como fosse, Carnaúba fez questão de ressaltar que o jornal era “um órgão de apoio ao Estado Novo português, constando que a ‘União Nacional’ detém, disfarçadamente, a maioria das ações da empresa proprietária daquele matutino”¹⁶.

Nota-se, assim, que a posição de Carnaúba em Luanda não era das mais estáveis e que muitas das dificuldades por ele enfrentadas foram provocadas pela política externa vacilante de Quadros e de Goulart em relação à questão angolana, que ora avançava, ora retrocedia. Essa indefinição tornou-se ainda mais patente após a renúncia de Quadros, pois, ainda que o governo Goulart tenha dado prosseguimento à diretriz da PEI de seu antecessor, mantendo as representações diplomáticas abertas na África e até criado outras, a exemplo da Embaixada em Argel, na Argélia, assistiu-se, na realidade, como observou José Flávio Sombra Saraiva, a um completo abandono à própria sorte dos diplomatas para lá enviados, posto que:

Raymundo de Souza Dantas, primeiro embaixador nomeado para a África negra, por Quadros (...), chegou a Gana reclamando das condições em que iria trabalhar (...); descreveu sua experiência em Acra, depois de dois anos na representação brasileira, como dolorosa e traumática. Souza Dantas referia-se, principalmente, à dificuldade de o Itamaraty prover a embaixada brasileira em Gana das condições básicas para o seu pleno funcionamento. Faltavam móveis e pessoal adequado ao desafio da abertura de novas frentes para o Brasil no continente africano. (...) Mas não só Souza Dantas reconhecia os limites da política africana do Brasil. A vulnerabilidade do discurso foi também denunciada por Rubens Braga, mandado para o Marrocos como embaixador. Ele chegou a mencionar o verdadeiro abandono a que foi submetida a sua embaixada, apesar das várias recomendações que enviou ao Itamaraty (Sombra Saraiva, 1996, p. 72-73).

¹⁵ ARQUIVO CENTRAL DO ITAMARATY, Brasília. *Extrato do jornal O Comércio, anexado ao Ofício Reservado-Urgente*. Consulado do Brasil em Luanda, Ofícios Recebidos, livro 05320, 25 set. 1963.

¹⁶ ARQUIVO CENTRAL DO ITAMARATY, Brasília. *Telegrama reservado-urgente*. Consulado do Brasil em Luanda, Ofícios Recebidos, livro 05320, 25 set. 1963.

Em Luanda, Carnaúba padecia da mesma sorte – ou da falta dela – que seus colegas comissionados no continente africano no início dos anos 1960. Os adidos militares prometidos por Quadros nunca chegaram a ser enviados, de modo que o *staff* do Consulado se limitou a Carnaúba e a outros dois meros auxiliares enviados pelo Itamaraty¹⁷. Seus pedidos de dotação de verba para o custeio do Consulado, com vistas ao pagamento do aluguel do prédio, à aquisição de máquinas de escrever, à instalação de ar-condicionado e à ampliação do serviço telefônico na representação jamais foram plenamente aprovados, sob a alegação de que excediam o orçamento da pasta. Como se isso não bastasse, Carnaúba teve ainda de lidar com a falta de instruções, além da demora e da ausência de respostas aos seus ofícios, o que muitas vezes dificultava o seu trabalho, isso quando não paralisava as suas atividades.

Um exemplo do descaso do Itamaraty em fornecer instruções claras para o bom desempenho das atividades do Consulado em Angola pode ser verificado na ocasião da visita do navio *Custódio de Melo* a Luanda, realizada entre os dias 27 e 30 de outubro de 1961. Em ofício de 7 de novembro do mesmo ano, Carnaúba não se furtou a criticar “a escassez de informações [repassada pela Secretaria-Geral do Itamaraty] sobre a forma pela qual foi organizada a viagem do *Custódio de Melo*”, o que, segundo sua avaliação, “impediu este Consulado de dar conveniente difusão sobre a mostra industrial trazida a bordo daquele navio”¹⁸. O grau de desinformação foi tal que o cônsul brasileiro chamou a atenção do Ministério das Relações Exteriores para o fato de que:

só por intermédio do Comando Naval de Angola, vim a saber que no *Custódio de Melo* viajava além do cônsul Carlos de Oliveira Pares, outros civis. O referido Comando solicitou a este Consulado a indicação da hierarquia daqueles civis, a fim de incluí-los ou não nas listas de pessoas a serem convidadas para as recepções programadas. Foi assim que, telegrafando ao navio, vim a tomar conhecimento de que a seu bordo viajavam representantes do Instituto Brasileiro do Café e da Confederação das Indústrias, bem como, cinco jornalistas¹⁹.

Nem mesmo uma dotação extra foi disponibilizada para o Consulado organizar uma recepção à tripulação do navio brasileiro e às autoridades coloniais de Angola, como Carnaúba fez questão de registrar:

Sem gratificação específica para cobrir os gastos normais de representação, decorrentes da chefia do posto e arcando, ainda, com despesas e compromissos resultantes da instalação [do

¹⁷ A saber: Wilson Alves de Souza e Darcy da Silva Franco. Cf. ARQUIVO CENTRAL DO ITAMARATY, Brasília. *Ofícios n. 6 e 7*. Consulado do Brasil em Luanda, Ofícios Recebidos, livro 05923, 23 ago. 1961.

¹⁸ ARQUIVO CENTRAL DO ITAMARATY, Brasília. *Ofício n. 71*. Consulado do Brasil em Luanda, Ofícios Recebidos, livro 05923, 7 nov. 1961, p. 2.

¹⁹ Ibidem.

Consulado], tive de limitar-me a convidar o Capitão de Mar e Guerra Aldo Pessoa Rebelo e mais dois oficiais para uma visita informal à minha casa²⁰.

Verifica-se, a partir desses excertos, que a política africana brasileira do início dos anos 1960, em especial no que diz respeito à chamada África portuguesa, era ainda muito inconstante e um tanto quanto improvisada, o que contribuiu largamente para o fracasso da missão Carnaúba. Fato este, aliás, reconhecido por Henry Clinton Reed, cônsul-geral dos Estados Unidos em Angola entre 1961 e 1965, que, em suas memórias, escreveu as seguintes palavras sobre Carnaúba:

Considero Carnaúba um diplomata inteligente e bem treinado, com capacidade para representar bem o seu país em praticamente qualquer lugar. Mas com problemas familiares, dificuldades com as autoridades portuguesas, conflitos pessoais e mudanças fundamentais e perturbadoras no Ministério das Relações Exteriores de seu próprio país, não é de admirar que Carnaúba possa ter sentido que não valesse a pena esforçar-se tanto em Angola (Reed, 2015, p. 133)²¹.

As críticas do cônsul estadunidense à falta de apoio do Itamaraty a Carnaúba iam além:

Quando cheguei a Luanda [no final de 1961], Carnaúba levava seu trabalho a sério e, até cerca de seis ou sete meses, ele foi um dos meus colegas mais prestativos. No entanto, ocorreram vários incidentes que o levaram a perder o interesse e a decidir não se preocupar mais. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil publicava uma revista chamada *Carta do Brasil*, dirigida aos países africanos recém-independentes. Uma edição da revista continha uma passagem ofensiva a Portugal e, por inadvertência, o Ministério enviou cópias aos membros do governo provincial. Quando o governador geral de Angola [Venâncio Augusto] Deslandes soube disso, reagiu violentamente com uma nota endereçada a Carnaúba ameaçando tomar medidas contra o Consulado e os interesses brasileiros em Angola. Carnaúba foi considerado *persona non grata*, embora nenhuma ação formal tenha sido tomada (Reed, 2015, p. 133)²².

²⁰ Ibidem, p. 3.

²¹ Trad. livre do autor (corrigida com inteligência artificial da plataforma DeepL Translate): “I consider Carnauba an intelligent well trained Foreign Service Officer who has the ability to represent his country well almost anywhere. But with family problems, difficulties with the Portuguese authorities, personnel conflicts plus basic and disturbing changes in his own Foreign Office, it is not surprising that Carnauba should feel it is hardly worthwhile to knock himself out in Angola”.

²² Trad. livre do autor (corrigida com inteligência artificial da plataforma DeepL Translate): “When I arrived in Luanda Carnauba took his work seriously and up to some six or seven months ago he was one of my most helpful colleagues. Several incidents however occurred that caused him to lose interest and decide not to bother any more. The Brazilian Foreign Office puts out a publication called Carta do Brazil directed to the newly independent African countries. One issue had a passage offensive to Portugal and through inadvertence his office mailed copies to members of the Provincial Government. When Governor General Deslandes heard of this he reacted violently with a note addressed to Carnauba threatening to take measures

Situação inversamente oposta encontrou o diplomata Ovídio de Andrade de Melo 14 anos depois, quando recebeu o convite de Francisco Azeredo da Silveira, chanceler do governo Geisel, para chefiar a Representação Especial do Brasil em Luanda. Naquela altura, Portugal já havia acordado com os principais movimentos de libertação de Angola e Moçambique as datas para a conclusão da retirada de seu aparato administrativo-militar e para a formação de governos de transição, até a formalização da passagem da soberania daqueles países aos respectivos movimentos. A independência de Moçambique, segundo o Acordo de Lusaka, foi estipulada para 25 de junho de 1975, e a de Angola, para 11 de novembro do mesmo ano, conforme o Acordo de Alvor. Frente àquela nova realidade:

Silveira pretendia antecipar o relacionamento político do Brasil com as colônias portuguesas que se encaminhavam para a independência. E para isso, ainda no período de transição, pensava em abrir em Lourenço Marques e Luanda uma espécie de embrião de Embaixada, para tratar com os movimentos negros que Portugal qualificasse como candidatos ao poder (Melo, 2009, p. 97-98).

De modo que, em março de 1975, seis meses antes da formalização da independência de Angola, o Consulado do Brasil em Luanda foi oficialmente encerrado e o cônsul Francisco José Novaes Coelho, designado desde 1969 pelo governo do general Costa e Silva, foi prontamente removido para Berlim²³, assim como os demais funcionários do extinto Consulado foram removidos para outros postos, todos fora do continente africano. Como se sabe, a missão especial de Ovídio de Melo desempenhou papel imprescindível para o estreitamento das relações do Brasil com o Estado angolano independente, tendo aberto caminho para vários acordos comerciais e políticos bilaterais que se seguiram. Isso talvez explique o forte apelo que o episódio protagonizado por Ovídio de Melo, assim como as suas memórias sobre a sua atuação em Luanda, costumam exercer sobre a historiografia, ofuscando outros sujeitos e episódios nem tão bem-sucedidos que fazem parte da longa trama histórica das relações do Brasil com Angola, a exemplo da missão Carnaúba. Cumpre destacar que as memórias da carreira diplomática de Ovídio de Melo foram publicadas em 2009 pela Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), braço editorial do Ministério das Relações Exteriores, sob o alusivo título *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty: relatos de política externa de 1948 à atualidade*, prefaciado pelo então chanceler Celso Amorim, que asseverou: “Ao deslocar-se para o continente africano, Ovídio de Andrade e Melo tornou-se protagonista de momento dos mais interessantes e importantes da história da nossa política externa recente: o reconhecimento da independência angolana antes de qualquer outro país” (Melo, 2009, p. 10, grifos meus).

against Brazilian representation and interests in Angola. Carnauba was looked upon as persona non grata although no formal action was taken”.

²³ BRASIL. *Anuário do pessoal do Ministério das Relações Exteriores de 1975*. Brasília: Departamento Geral de Administração/Divisão do Pessoal, 1975. p. 81.

Em 2015, “para marcar a celebração dos quarenta anos de amizade e relacionamento diplomático entre o Brasil e Angola”, a Funag organizou a edição de um livro comemorativo composto por “documentação dos arquivos do Itamaraty e testemunhos dos principais protagonistas”, elegidos pelo Ministério das Relações Exteriores, capazes de “ilustra[r] a rápida e decisiva evolução da política externa brasileira para o continente africano” (Vieira, 2015, p. 11). Na obra, além de Ovídio de Melo ser personagem reverenciado nos capítulos escritos por Sérgio Eduardo Moreira Lima, Nelson Manuel Cosme e Luiz Cláudio Villafañe G. Santos, foram novamente reeditadas as passagens de suas memórias do tempo em que ele comandou a Representação Especial do Brasil em Luanda.

O resgate das memórias de Ovídio de Melo não se limitou à historiografia produzida internamente na “Casa de Rio Branco”²⁴. Também fora dela as memórias de Ovídio de Melo alcançaram lugar hegemônico na historiografia profissional devotada ao escrutínio das relações contemporâneas do Brasil com Angola. Nesse sentido, uma contribuição importante foi dada pela tradução e publicação em 2011 do livro *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*, do historiador norte-americano Jerry Dávila. Uma das grandes novidades do trabalho de Dávila foi o largo uso da história oral, tendo o autor entrevistado diversos diplomatas brasileiros que participaram do processo de (re)aproximação do Brasil com a África entre os anos 1960 e 1970. Entre as dezenas de entrevistas colhidas por Dávila, a entrevista concedida por Ovídio de Melo foi, sem dúvida, a que mais lhe marcou. Não por acaso, o livro de Dávila se chama *Hotel Trópico* em alusão direta ao hotel em que Ovídio de Melo e sua esposa, Ivony de Melo, hospedaram-se entre março e dezembro de 1975, sobrevivendo “a uma cidade que explodia em uma guerra civil e [onde] atuaram como intermediários entre uma ditadura militar sul-americana e um frágil movimento marxista africano” (Dávila, 2011, p. 11).

Rapidamente incorporado ao programa dos cursos de História das Relações Internacionais e também de História da África – disciplina esta que começava a se tornar obrigatória na grade curricular de vários cursos das Ciências Sociais e Humanas em razão da consolidação da Lei 10.639/2003²⁵ –, o trabalho de Dávila contribuiu significativamente para a cristalização das memórias de Ovídio de Melo no imaginário coletivo da geração de historiadores, cientistas sociais e internacionalistas formada a partir da década de 2010 em diante. Não sendo de estranhar que *Hotel Trópico* seja regularmente indicado na bibliografia

²⁴ Segundo Cristina Patriota de Moura (2007, p. 22-23), até 1970, quando houve a transferência definitiva da estrutura do Ministério das Relações Exteriores do Rio de Janeiro para Brasília, o que provocou uma transferência em massa dos diplomatas nacionais e estrangeiros para o Centro-Oeste do país, “Casa de Rio Branco” era como os diplomatas brasileiros costumavam se referir ao antigo Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro, sede do MRE desde 1899 e que “havia sido de fato a casa do maior líder carismático que a diplomacia brasileira já teve”. Contudo, a partir de 1970, a noção de “Casa”, argumenta a autora, deixaria “dali em diante (...) de referir-se a uma casa onde Rio Branco morou para referir-se à ‘força coletiva’ dos diplomatas”.

²⁵ Que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira nos níveis de ensino fundamental e médio, com grande impacto também nos currículos dos cursos do ensino superior.

das dissertações e teses defendidas nos últimos anos que versam ou que têm como pano de fundo o contexto da (re)aproximação do Brasil com a África, episódio no qual a pessoa e as memórias de Ovídio de Melo ocupam incontestavelmente posições hegemônicas, ao passo que a contribuição de outros personagens, a exemplo de Carnaúba, para a compreensão do passado das relações angolano-brasileiras segue relegada à margem.

Como a tradição de “arquivo fechado” do Itamaraty contribuiu para apagar a história da missão Carnaúba

Ainda que a hegemonia das memórias de Ovídio de Melo possa eclipsar a investigação sobre personagens, episódios, memórias e documentos anteriores à entrada em operação da Representação Especial em Luanda, a principal razão para o desconhecimento da missão Carnaúba diz respeito à tradição de “arquivo fechado” do próprio Itamaraty.

A cultura institucional do Ministério das Relações Exteriores de restringir o acesso a documentos de temas candentes tratados pela diplomacia brasileira foi estabelecida ainda à época da gestão do Barão do Rio Branco (1902-1912), no intuito de evitar o comprometimento do bom relacionamento do Brasil com outros países. Como explicam Rogério de Souza Farias e Fernando Sousa Leite (2023, p. 11), mesmo após a criação do Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), no início da década de 1940, o Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores de 5 de maio de 1943 determinava que a consulta de “estranhos”, isto é, o acesso de pesquisadores externos à “Casa de Rio Branco” aos documentos anteriores a 1850, só seria concedido mediante autorização direta do ministro da pasta, tendo sido aberta uma exceção alguns anos depois para documentos que versavam sobre assuntos não americanos até a Proclamação da República. Essa ainda era a prática corrente no Itamaraty no início da década de 1960, a qual Honório Rodrigues (1964, p. 383) denunciou como “uma herança colonial portuguesa”, e que explica por que a missão Carnaúba não foi nem sequer citada pelo autor em seu clássico livro *Brasil e África: outro horizonte*.

Publicado pela primeira vez em novembro de 1961, a primeira edição de *Brasil e África* termina com a posse de Quadros e com os votos do autor de que a PEI lançada por seu governo (re)inaugurasse um novo momento dos contatos diretos do Brasil com o continente africano. Em razão do sucesso de crítica e da aceleração do processo de descolonização da África, Honório Rodrigues trabalhou em uma segunda edição relâmpago cuja revisão foi concluída pelo autor em meados de 1963, e na qual foram feitas alterações no plano da obra original com a adesão de dois novos capítulos escritos com base em novos documentos lidos pelo historiador no intervalo entre as duas edições (Rodrigues, 1964, p. 11-12). Contudo, a nova edição não trouxe nenhuma informação sobre o Consulado em Luanda, o que indica que o autor infelizmente não teve acesso à correspondência de Carnaúba naquele curto

intervalo de tempo. Quanto à terceira edição da obra, publicada em 1982 – portanto, já após o encerramento do processo de descolonização africana –, Honório Rodrigues manteve basicamente o texto apresentado na edição anterior, com exceção de um novíssimo capítulo por ele introduzido, no qual revisitou a política colonial portuguesa nas Nações Unidas e contextualizou as trajetórias caso a caso dos processos de emancipação das ex-colônias portuguesas na África. Porém, novamente a passagem de Carnaúba por Angola foi deixada de fora da obra, uma vez que os documentos relativos à Angola seguiam inacessíveis mesmo para um historiador do quilate e da importância como Honório Rodrigues, que, inclusive, havia lecionado entre 1946 e 1956 no Instituto Rio Branco, instituição de ensino e formação dos diplomatas brasileiros.

Acontece que a cultura institucional do Itamaraty de guardar sigilo sobre suas informações encontrou terreno ainda mais fértil durante a vigência do regime militar (1964-1985), especialmente após o Decreto nº 64.122, de 19 de fevereiro de 1969, que, embora tenha liberado a consulta aos documentos anteriores a 1900, impôs várias restrições à consulta dos documentos do período de 1900 a 1940 e proibiu o acesso aos documentos posteriores a 1940 (Penna Filho, 1999, p. 123). Ademais, a mudança definitiva da chancelaria para a nova capital federal, em 1970, acompanhada da divisão do acervo arquivístico do MRE em dois arquivos-fim distintos – a saber, o Histórico, mantido no velho Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, e o Permanente, instalado no anexo do então recém-inaugurado Palácio dos Arcos, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília –, excitou ainda mais a cultura do sigilo da “Casa de Rio Branco”. Essa mudança rompeu o elo de cumplicidade e a pressão cotidiana que os acadêmicos ligados à Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil (CETHB), composta por 12 membros e três auxiliares, entre diplomatas e “historiadores da Casa”²⁶, costumava exercer sobre os servidores do Serviço de Documentação do Itamaraty (Farias; Leite, 2023, p. 22). Porém, após a mudança de parte do arquivo para o cerrado:

Agora confortavelmente instalado [e isolado] em Brasília, o secretário-geral Jorge de Carvalho e Silva, em memorando secreto de maio de 1970, um mês após a instalação do órgão na nova capital, externou sua preocupação sobre a divulgação de documentos a pesquisadores e indicou a necessidade de restringir a consulta a somente “historiadores responsáveis” [leia-se alinhados com o Itamaraty]. Ele também orientou a transferência da documentação sigilosa para cofres e proibiu a retirada de documentos do arquivo, mesmo que para outras áreas do órgão. Outras

²⁶ A CETHB reuniu a “nata” dos historiadores brasileiros de meados do século XX, entre eles Hélio Viana e José Honório Rodrigues, ambos considerados “historiadores da Casa”, já que lecionaram no Instituto Rio Branco, além de nomes como Américo Jacobina Lacombe, José Antônio Soares de Souza, Pedro Freire Ribeiro, Artur César Ferreira Reis e Enéas Martins Filho. Após a mudança da chancelaria para Brasília e os desentendimentos com Gibson Barbosa, a CETHB sobreviveu do ponto de vista formal, mas mergulhou na irrelevância, até ser substituída pela Comissão de Estudos de História Diplomática (CEHD), já na Nova República (Farias; Leite, 2023, p. 11-23).

pesadas restrições foram introduzidas. Em 17 de novembro, o ministro Mario Gibson Barbosa encaminhou para o presidente Emílio Garrastazu Médici proposta para revogar o Decreto n. 64.122. Para Gibson Barbosa, ele teria sido “excessivamente liberal”. No mesmo dia, de forma inédita, foi inserido um artigo secreto no Manual de Serviço do órgão, limitando o acesso à documentação sobre o tema de fronteiras. A partir de então, a liberação para consulta dependia de opaco e minucioso sistema de consultas internas por três níveis hierárquicos e com expressa autorização do ministro de Estado (Farias; Leite, 2023, p. 22).

Como não podia deixar de ser, tais medidas respingaram nos documentos relativos à Angola, tema espinhoso que se arrastava dentro do MRE desde os anos 1960 e que, na gestão de Gibson Barboza (1969-1974), ganhou novo fôlego em razão de sua política de aproximação com os países da África Atlântica e da renegociação do relacionamento do Brasil com Portugal. Mais do que nunca, era preciso impedir que os movimentos vacilantes da política externa brasileira em relação à Angola, ao tempo da missão Carnaúba e ao longo do restante dos anos 1960, viessem a público.

Mesmo com a redemocratização do país e o debate propiciado pela abertura dos trabalhos da Assembleia Constituinte em torno da ampliação da cidadania, do direito à informação e à liberdade de expressão na década de 1980, o Itamaraty seguiu dificultando o acesso à documentação de temas considerados sensíveis para os funcionários da “Casa de Rio Branco” ou para as relações do Brasil com outros países. Como consequência, por meio da Portaria Interna nº 593, de 12 de outubro de 1988, o Itamaraty liberou para consulta os documentos “que contassem com mais de 30 anos, a contar a data de sua produção”. Os documentos produzidos há menos de 30 anos poderiam ser consultados desde que fossem liberados pela Comissão Permanente de Revisão de Arquivo Histórico, criada pela Portaria Interna nº 594, também de 12 de outubro de 1988. Ainda conforme a Portaria nº 593, ficava proibido o acesso a documentos com “informações suscetíveis de pôr em risco a segurança do país e as relações do Brasil com terceiros países e organismos internacionais”, além daqueles que pudessem “afetar a vida privada das pessoas [da Casa de Rio Branco], antes de decorridos 100 anos a contar a data de seu nascimento” (Penna Filho, 1999, p. 122-129).

Mais uma vez, a nova normativa de restrição ao acesso de documentos implementada em 1988 incidiu diretamente sobre a documentação diplomática relativa a Angola, entre os quais constam os ofícios expedidos por Carnaúba ao tempo de sua missão em Luanda. Não que os documentos pudessem vir a afetar negativamente a imagem ou a carreira de Carnaúba, que à época já havia atingido o topo da carreira diplomática²⁷, mas porque no final dos anos 1980, conforme revelado por uma alta fonte do Itamaraty ouvida pelo *Jornal do Brasil*, “a África é uma das prioridades da política externa brasileira, e na África nossa

²⁷ Carnaúba foi elevado a Ministro de Primeira Classe, posto máximo da carreira diplomática brasileira, em 15 de dezembro de 1986. Cf. BRASIL. *Anuário histórico do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: SGEx, 2007.

prioridade é Angola”²⁸. De modo que a prudência excessiva dos funcionários da Divisão de Comunicação e Arquivo recomendava evitar, a todo custo, que informações oficiais acerca do posicionamento titubeante do Brasil durante a guerra de libertação de Angola atrapalhassem os planos do governo de José Sarney (1985-1990) de estreitar as relações políticas e comerciais entre os dois países.

José Flávio Sombra Saraiva, em sua dissertação de mestrado *Angola y Brasil, 1500-1980: estudio de un caso en la historia de las relaciones y vinculaciones de Africa con América Latina*, apresentada em 1985 ao Centro de Estudios de Asia y Africa no El Colegio do Mexico, dá uma certa noção das dificuldades em se pesquisar nos arquivos do Itamaraty na década de 1980, ao afirmar: “há um sério problema de acesso a fontes primárias para este tipo de trabalho. No caso do Brasil, a documentação básica de política externa quase nunca é liberada” (Sombra Saraiva, 1985, p. 5)²⁹. O autor seguiu com dificuldades durante sua investigação de doutorado desenvolvida no início dos anos 1990, tendo de recorrer a jornais brasileiros e estrangeiros, aos discursos presidenciais e às palestras e entrevistas concedidas pelos chanceleres brasileiros das décadas de 1960 e 1980 para driblar a falta de acesso aos documentos diplomáticos do Itamaraty. Desta pesquisa resultou o livro *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*, publicado em 1996. Como frisado por Paulo Fagundes Vizentini (1997, p. 232), o livro de Sombra Saraiva veio em boa hora para

cobrir uma grave lacuna existente sobre o tema em nossos manuais universitários, atualizando, aprofundando e inovando o trabalho iniciado pelo professor José Honório Rodrigues com *Brasil e África, outro horizonte* (2 volumes) e pelo diplomata Adolpho Justo Bezerra de Menezes com *Ásia, África e a Política Independente do Brasil* e *O Brasil e o mundo ázio-africano*, todos eles trabalhos publicados no início dos anos 60.

Apesar dos méritos do livro de Sombra Saraiva, as barreiras impostas pelo Itamaraty à consulta da documentação diplomática brasileira impediram que ele tivesse uma compreensão mais aprofundada de vários aspectos menos conhecidos das relações entre o Brasil e a África. De modo que a única alusão que Sombra Saraiva faz à missão Carnaúba – cumpre ressaltar, sem sequer citar o nome do diplomata – ocorre no capítulo 2 de sua obra, no qual o autor analisa o nascimento da política africana do Brasil nos governos Quadros e Goulart, e destaca o ano de 1961 como o *anno domini* daquela política, em razão: (1º) da criação da Divisão da África na estrutura organizativa do ministério; (2º) da inclusão no Relatório Anual do Itamaraty, de um capítulo especificamente voltado para os assuntos africanos; e (3º) do início da operação das primeiras embaixadas brasileiras na África. “Ainda naquele ano de

²⁸ SARNEY dá apoio a Angola. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano XCVIII, n. 291, 26 jan. 1989. 1º Caderno, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/254046. Acesso em: 20 fev. 2026.

²⁹ Trad. livre do autor: “hay un grave problema de acceso a las fuentes primarias para este tipo de trabajo. En el caso de Brasil, la documentación básica de la política exterior es dificilmente liberada”.

verdadeira euforia africanista”, escreve Sombra Saraiva (1996, p. 64-65), “o Brasil instalou consulados em Luanda (Angola), Lourenço Marques (hoje Maputo), em Nairóbi (Quênia) e Salisbury (na Rodésia, hoje Zimbábue)”.

É digno de nota que a legislação federal de normatização da política nacional de criação, acesso e consulta a arquivos públicos e privados, vigente nos anos de 1990, referendou, em linhas gerais, várias normativas adotadas internamente pelo Itamaraty por meio das Portarias Internas nº 593 e 594, baixadas ainda no final dos anos 1980. Isso permitiu que os servidores do Itamaraty seguissem controlando quais documentos abrir e quais obstruir o acesso a pesquisadores externos, valendo-se das brechas da legislação vigente e de interpretações subjetivas quanto à sensibilidade do material sob custódia da instituição. Com efeito, vez ou outra, o acesso à documentação era franqueado para um ou outro historiador, digamos, bem-quisto pelo Itamaraty. Curiosamente, historiadores estrangeiros costumavam ser até mais beneficiados do que os historiadores brasileiros. Caso exemplar do favorecimento aos chamados brasilianistas em detrimento dos investigadores brasileiros ocorreu na década de 1970, quando o historiador estadunidense Stanley Hilton obteve autorização para consultar toda a documentação do Itamaraty referente à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, para escrever seu livro *Suástica sobre o Brasil* (1977). Na mesma época, o historiador brasileiro Hélio Silva preparava uma coletânea de três volumes sobre o mesmo tema investigado por Hilton, mas teve seu pedido à mesma documentação recusado, tendo de recorrer a arquivos estrangeiros para concluir sua investigação (Penna Filho, 1999, p. 142, nota 11)³⁰. Ao que tudo indica, outro brasilianista beneficiado pelo critério seletivo e personalista vigente no Arquivo Central do Itamaraty, ainda em fins dos anos 1990, foi o também estadunidense Daniel Patrick Aragon, que teve acesso a vasta documentação sobre a África, boa parte ainda restrita à época, para a realização da sua tese de doutorado *Brazilian Foreign Policy in Africa, 1961-1976*, apresentada à Universidade de Auburn, em dezembro de 2001³¹. Entre os documentos consultados por Aragon, destaca-se um conjunto de nove cartas confidenciais enviadas por Carnaúba entre 1961 e 1962 (Aragon, 2001, p. 73-81).

No entanto, o trabalho de Aragon não ganhou reconhecimento entre os acadêmicos brasileiros, passando quase que despercebido pela historiografia nacional. Melhor recepção

³⁰ Hélio Silva teve de recorrer aos arquivos dos Estados Unidos, Alemanha, Itália, França, Portugal e Marrocos para concluir sua pesquisa sobre o bombardeamento dos navios brasileiros pela Marinha da Alemanha Nazista, motivo da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Cf. ITAMARATI facilitará o acesso a arquivo, mas esconderá documentos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro/Brasília, ano XCVIII, n. 294, 29 jan. 1989. 1º Caderno, p. 5. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pagfis=254294. 20 fev. 2025.

³¹ Muito provavelmente o acesso de Aragon ao Arquivo foi facilitado por suas relações pessoais com diplomatas brasileiros, posto que seus pais eram funcionários do serviço diplomático norte-americano e haviam servido no Brasil durante a sua infância. O próprio Aragon ingressou para o serviço diplomático norte-americano em 2009, tendo atuado no Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro no início dos anos 2010.

teve justamente o trabalho de Jerry Dávila, *Hotel Trópico*, do qual já falamos anteriormente. Além de atualizar, revisar e expandir as interpretações sobre o movimento de (re)encontro do Brasil com o continente africano produzidas por Honório Rodrigues e por Sombra Saraiva, o trabalho de Dávila, como assinala Jefferson José Queler, tem o mérito de reunir uma miscelânea de velhas e novas fontes históricas, na medida em que:

Em seu rol de fontes constam memórias, correspondências do arquivo do Itamaraty, documentos de arquivos pessoais conservados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), relatórios do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide) – respectivamente órgãos de repressão no Brasil e em Portugal –, um amplo leque de jornais das mais diversas nacionalidades – com destaque para os brasileiros e os africanos –, além de uma série de entrevistas. Trata-se de material muito rico e bastante pertinente para investigar a temática delineada pelo autor. O trabalho de análise e interpretação das fontes, por sua vez, traz muitos detalhes sobre os bastidores da política externa brasileira e sobre o modo como o Brasil era apresentado e visto na África (Queler, 2014, p. 368).

De modo que o livro de Dávila é o único, entre as principais obras de referência para a história das relações entre o Brasil e a África aqui elencadas, a reservar algum espaço – ainda que reduzido – à missão Carnaúba. Ainda assim, cabe destacar que Dávila não entrevistou Carnaúba, falecido em 1º de outubro de 2000, tampouco teve acesso à documentação verificada por Aragon. Na verdade, o grosso das informações obtidas por Dávila sobre a missão Carnaúba vieram do arquivo da Pide, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, cuja documentação havia acabado de ser aberta ao público, enquanto a documentação diplomática brasileira seguia fechada à época de sua pesquisa.

Considerações finais

Foi apenas com o Decreto nº 5.301, de 9 de dezembro de 2004, que a documentação do Consulado do Brasil em Angola (1961-1975)³², da qual a correspondência de Carnaúba é parte integrante, foi desclassificada e liberada para consulta. Porém, passados vinte anos de sua liberação, verifica-se que essa documentação ainda não despertou a atenção nem de historiadores brasileiros, nem de brasilianistas. De modo que a missão Carnaúba segue sendo um episódio negligenciado pela historiografia especializada das relações Brasil-Angola.

³² A marcação cronológica se faz necessária porque no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, está guardado a Correspondência do Consulado do Brasil em Luanda entre 1826 e 1874.

Como aqui foi argumentado, uma das razões dessa falta de interesse deve-se ao protagonismo conferido pelos investigadores à missão Ovídio de Melo, responsável pelo reconhecimento da independência de Angola pelo Brasil em 1975, e ao elevado valor conferido ao testemunho daquele diplomata, cujas memórias alcançaram *status* de documento/monumento, na acepção de Jacques Le Goff (1990), isto é, de perpetuação de uma memória bem-sucedida do esforço de reaproximação do Brasil com a África, majoritariamente com Angola.

Não obstante, a lacuna historiográfica em relação à missão Carnaúba também se deve à tradição de “arquivo fechado” do próprio Itamaraty, que, por quarenta anos, apoiou-se nas brechas da legislação nacional de arquivos para obstruir o acesso à documentação referente à retomada das relações angolano-brasileiras iniciada na década de 1960.

Na verdade, mesmo hoje, apesar da Lei de Acesso à Informação (LAI), de 2011, verifica-se que a tradição de “arquivo fechado” ainda sobrevive no arquivo do MRE, em Brasília. Prova disso é que, em 2024, valendo-se de uma interpretação abusiva da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), de 2018, o Arquivo Central do Itamaraty, em Brasília, proibiu a realização de cópias ou fotografias dos documentos pelos consulentes, o que, como era de se esperar, provocou forte reação da comunidade acadêmica nacional, que denunciou aquele retrocesso aos tempos da ditadura. Em resposta, a Divisão de Comunicação e Arquivo do ministério decidiu pelo fechamento do Arquivo por tempo indeterminado, até que uma comissão interna deliberasse sobre o âmbito da LGPD nos documentos sob sua guarda. Quando submeti este artigo à revista (em 07 de março de 2025), o Arquivo Central do Itamaraty permanecia fechado. Ele foi reaberto no início de 2026 após a publicação da portaria interna n. 631 de 5 de novembro de 2025, que na prática contraria a própria LAI ao expandir a negação de acesso aos documentos no âmbito do MRE com a criação da categoria “informação sigilosa não classificada”, prevendo, inclusive, a recusa a pedidos de consulta sem razoabilidade atestada por uma avaliação totalmente subjetiva realizada pelos próprios funcionários do ministério. Ao longo dos dois últimos anos, tal como fizera Hélio Silva, tive de recorrer aos arquivos dos ministérios das relações exteriores de outros países (a saber: Portugal, França e Reino Unido) para não paralisar de vez minha investigação. Contudo, a consulta à documentação brasileira faz-se indispensável para a conclusão a contento da pesquisa. Mesmo tendo conseguido agendar visita para retornar ao Arquivo de Brasília em agosto deste ano, os relatos de colegas que lá já estiveram após a sua reabertura, como a impossibilidade de fotografar, sendo permitido entrar na sala de consulta apenas com papel, lápis ou caneta, nem sequer portando notebooks para tomar notas dos documentos, o cancelamento de última hora de visitas pré-agendadas sem qualquer justificativa e a falta de transparência na fila para proceder a novos agendamentos me causam uma apreensão incompatível com um Estado de direito de fato. É como se o ministério tivesse congelado nos tempos de Rio Branco. Pior, é como se a reabertura ainda não tenha chegado ao Itamaraty.

Agradecimento

O presente artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto “Angola Difícil: A missão consular de Frederico Carlos Carnaúba no contexto da Política Externa Independente e dos anos iniciais da Guerra de Libertação Angolana (1961-1963)”, financiado pelo CNPq, processo 402083/2024-5, modalidade de Pós-Doutoramento no Exterior – PDE.

Referências

- ARAGON, Daniel Patrick. *Brazilian Foreign Policy in Africa, 1961-1976*. 2001. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de Auburn, Auburn, 2001.
- COSTA PINTO, António. *O fim do Império português: a cena internacional, a Guerra Colonial e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.
- CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. As relações econômicas Brasil-Angola (1975-1988). *Cadernos do CRH*, Salvador, n. 36, p. 137-164, jan./jun. 2002.
- DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. Tradução: Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FARIAS, Rogério de Souza; LEITE, Fernando Sousa. Uma “documentação valiosa desordenadamente arquivada”: a mudança do Ministério das Relações Exteriores para Brasília e seu arquivo permanente”. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 1-29, set./dez. 2023.
- GUIZELIN, Gilberto da Silva. *Dois cônsules de Sua Majestade Imperial em Luanda (1822-1861): relações Brasil-Angola, de Rui Germack Possolo a Saturnino de Souza e Oliveira*. São Paulo: Edusp, 2022.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.
- MARIZ, Vasco. *Nos bastidores da diplomacia: memórias diplomáticas*. Brasília: Funag, 2013.
- MELO, Ovídio de Andrade de. *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty: relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Funag, 2009.
- MOURA, Cristina Patriota de. *O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- PENNA FILHO, Pio. A pesquisa histórica no Itamaraty. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 42, n. 2, p. 117-144, 1999.
- QUELER, Jefferson José. Resenha: DÁVILA, JERRY. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011. *Revista de História*, São Paulo, n. 170, p. 367-371, jan./jun. 2014.
- REED, Henry Clinton. *A Memoir for my Family*: Association for Diplomatic Studies and

Training. Lucignano: Association for Diplomatic Studies and Training, 2015.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. v. 2.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. *Angola y Brasil, 1500-1980*. Estudio de un caso en la historia de las relaciones y vinculaciones de Africa con América Latina. Dissertação (Mestrado em Estudios Africanos) – Centro de Estudios de Asia y Africa, El Colegio de Mexico, México, D.F., 1985.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Ed. da UnB, 1996.

TORRES, Adelino. Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70). *Análise Social*, Lisboa, v. XIX (77-78-79), p. 1101-1119, 1983.

VIEIRA, Mauro. Apresentação. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. (org.). *Quarenta anos das relações Brasil-Angola: documentos e depoimentos*. Brasília: Funag, 2015. p. 9-11.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias). *Revista Brasileira De Política Internacional*, Brasília, v. 40, n. 1, p. 231-234, jun. 1997.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

Recebido: 07 de março de 2025 – Aprovado: 23 de setembro de 2025

Editores responsáveis: Vinícius Liebel e Silvia Liebel